



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Actas das Jornadas
do Departamento
de Sociologia (VII Edição)**

Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia
"Augusto da Silva" - 2006

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ACTAS DAS JORNADAS
DO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
(VII Edição)**



DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
"AUGUSTO DA SILVA"

- Évora 2006 -

FICHA TÉCNICA

Título: **Actas das Jornadas do Departamento de Sociologia (VII Edição)**

Coordenação: **Francisco Martins Ramos e Maria Noémi Marujo**

Autores: **Vários**

Concepção e Design: **Maria Noémi Marujo**

Foto da Capa: **Eduardo Esperança**

Editor: **Departamento de Sociologia da Universidade de Évora/
/Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva"**

Data: **2006**

Tiragem: **500 exemplares**

Composição e Impressão: **Gráfica Eborense**

ISBN: 972-98698-3-9

Depósito Legal: 242218/06

AS NOVAS LÓGICAS DO PLANEAMENTO TURÍSTICO

Mónica Belchior M. Brito⁽¹⁾

Resumo

As más práticas no sector do turismo encontram-se quase sempre associadas à ausência ou ineficiência do processo de planeamento. A análise diacrónica do planeamento turístico permite identificar a génese e os modelos norteadores desta actividade, salientando a urgência de uma nova abordagem que ultrapasse as limitações e fragilidades que povoam o passado. A “terceira via” para o planeamento turístico surge em resposta não só às falhas dos outros modelos, mas sobretudo às exigências subjacentes ao forte desenvolvimento turístico da actualidade.

Palavras-chave: Turismo, Planeamento, Mudança, Terceira-via

1 - Considerações preliminares

As percepções sobre o fenómeno turístico são múltiplas e distintas. O turismo, entre outras perspectivas, é visto como uma solução para impulsionar o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento, como catalisador de aculturação, ou como uma força “perversa” de desenvolvimento (Michaud, 2001).

(1) Doutoranda em Turismo, Universidade de Évora

Nos anos sessenta os organismos internacionais de desenvolvimento reconheceram a emergência da chamada «sociedade dos lazes». Neste contexto, a ONU declarou em 1963 que «o turismo pode dar e dá efectivamente uma contribuição vital para o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento» (ONU, 1963:6). De igual forma, os peritos em desenvolvimento pós-colonial identificaram-no como força propulsora de desenvolvimento das frágeis economias, desprovidas de recursos, dos países periféricos.

O entendimento do turismo enquanto catalisador de aculturação surge associado ao facto deste fenómeno possibilitar em larga escala o contacto e as trocas interculturais. A mudança sócio-cultural ocorrida nas populações hospedeiras é, de acordo com a perspectiva de alguns teóricos, responsável pela degradação identitária das sociedades periféricas (Michaud, 2001). O turismo será, de acordo com esta percepção, uma forma de neo-colonialismo, viabilizada pela “invasão” dos turistas que inculcam novos elementos nas populações hospedeiras. Os turistas, enquanto agentes indutores da mudança, actuam directamente deixando nos destinos marcas mais ou menos profundas da sua passagem, e indirectamente através da divulgação da imagem do que anseiam encontrar. As expectativas dos turistas estimulam as populações hospedeiras a adulterarem-se no sentido de ocuparem um espaço cada vez maior num cenário de forte competitividade.

O turismo enquanto força “perversa” de desenvolvimento é uma ideia que surge associada a alguns impactos negativos do turismo para as comunidades receptoras. A exploração insustentável do turismo e as suas consequências sociais, culturais e económicas, a médio e a longo prazo, fazem parte dos argumentos dos defensores desta percepção.

Esta última visão está particularmente relacionada com as práticas ocorridas no sector, regra geral relacionadas com a ausência ou ineficiência do planeamento turístico, e que ao longo do tempo têm povoado o seu processo de evolução.

2 - Análise diacrónica do planeamento turístico

As preocupações com o planeamento não são exclusivas da sociedade moderna, no legado das antigas civilizações (Crescente Fértil, Maias, Grécia Antiga, Império Romano) são identificáveis acções de planeamento. Também os estilos arquitectónicos e a organização espacial a eles

associada (Renascimento, Barroco, entre outros) demonstram que esta é uma actividade cujas raízes se perdem no tempo. No entanto, considera-se que o planeamento moderno surgiu em Inglaterra após a Revolução Industrial, em reacção às consequências sociais de um processo de êxodo rural extremamente acelerado, e que conduziu a um crescimento desmesurado e descontrolado das cidades.

O planeamento turístico surgiu muito recentemente como especialização do planeamento urbano, continuando a inspirar-se no seu corpo teórico e não se tendo ainda autonomizado. Esta dependência continuada justifica-se pela juventude do fenómeno turístico e sobretudo do seu estudo.

A análise da evolução do planeamento urbano e do planeamento turístico salienta a existência de duas fases distintas: o Planeamento Clássico (após a Revolução Industrial) e o Planeamento Racional (após a Segunda Guerra Mundial).

O desenvolvimento social, económico, político e tecnológico ocorrido nos anos 70, teve grande impacto na evolução conceptual e prática do planeamento (urbano e turístico) durante os anos seguintes. Neste momento questiona-se a emergência de uma nova abordagem, ou até de um novo paradigma, neste campo (Costa, 2001).

A escola do Planeamento Clássico (1850-1950) surgiu nesta fase, defensora da ideia de que a maioria dos problemas sociais resultavam da ausência de qualidade de vida inerente às carências de infra-estruturas e equipamentos no modelo urbano. Esta abordagem tem como postulado a associação entre os problemas sociais e a incapacidade para gerar estruturas físicas, de forma a absorver o número massivo de pessoas em deslocação das áreas rurais para as urbanas. Perante este diagnóstico a solução, em termos de planeamento, encontrar-se-ia nas propostas avançadas pelos arquitectos e engenheiros, e que visavam aumentar a capacidade física das cidades para dar resposta à sua procura crescente. A inviabilidade de operacionalização da maioria destes planos e a sua incapacidade para dar resposta aos problemas sociais emergentes (desemprego, criminalidade, fome...), rapidamente demonstraram a sua inadequação e a necessidade de redimensionar o planeamento.

A realidade evidenciou as limitações do modelo do Planeamento Clássico, ao comprovar a inexistência de uma relação directa entre o modelo arquitectónico urbano, a forma de ocupação do espaço, e as condições de vida das populações. Para além da ausência comprovada desde determinismo físico, as soluções avançadas pelo Planeamento Clássico eram

rígidas, não possibilitavam alternativas, e não eram adaptáveis a novas realidades (Costa, 2001).

A génese do planeamento turístico, à semelhança do planeamento urbano, encontra-se associada ao desenvolvimento económico, social e urbano, promovido pela Revolução Industrial. O aumento dos rendimentos, a redução do horário de trabalho e a maior facilidade de deslocação e alojamento, induziram o crescimento das viagens, e fomentaram a emergência de estâncias turísticas, longe do caos e da poluição urbana. No entanto, e apesar do desenvolvimento turístico, não se assiste nesta fase à autonomização de uma escola de planeamento turístico com uma identidade própria. Esta ausência poderá eventualmente ser explicada pelo facto de inicialmente, a expansão do turismo ser percebida como desenvolvimento urbano ocorrido em zonas distantes dos tradicionais centros urbanos. Perante esta lógica, os problemas associados ao planeamento turístico emergentes nesta fase foram equiparados aos do planeamento urbano, traduzindo-se tal analogia na similitude do seu tratamento e também das soluções. O pouco sucesso alcançado pelo paradigma defendido pela Escola Clássica, no âmbito do planeamento urbano e do planeamento turístico, impulsionou a emergência do Paradigma do Planeamento Racional (1950-1970). A emergência, desenvolvimento e consolidação deste modelo, resultaram do concurso de um conjunto de factores:

- Incapacidade do anterior paradigma para responder aos múltiplos e complexos problemas urbanos, consequência do seu recurso a um número limitado de disciplinas (Arquitectura e Engenharia Civil);
- Surgimento, após a Segunda Guerra Mundial, de novas filosofias e de novas escolas, entre elas a Escola de Chicago, considerada responsável pelas mudanças ao nível do planeamento ao acrescentar-lhe novas variáveis (políticas, sociológicas, antropológicas, psicológicas, etc.);
- Convicção de que o planeamento e o ordenamento urbanístico podiam ser feitos automaticamente, em resultado do desenvolvimento tecnológico;
- Ideia de que o novo tipo de planeamento, firmado em inúmeras disciplinas, possuía o perfil adequado para coordenar a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

A estas justificações para o sucesso do Paradigma do Planeamento Racional, acresce-se a difusão da ideia de que a abordagem compreensiva, racional, neutra e baseada em métodos científicos, subjacente a este tipo de planeamento, o transformava numa actividade científica capaz de encontrar soluções correctas para os problemas. Esta ideia ganhou força nos anos 60, com a expansão dos modelos quantitativos e positivistas, e o planeamento ganhou uma nova dimensão, transformando-se num quarto poder para os agentes de governação (Costa, 2001).

A partir de 1970, o Planeamento Racional começou a receber inúmeras críticas. Os académicos e os planeadores começaram a demonstrar que havia uma grande distância entre a teoria e a prática do planeamento. A investigação da realidade demonstrou que a neutralidade e a cientificidade, supostamente subjacentes a este modelo e responsáveis pelo seu sucesso inicial, não eram concretizadas na prática. Embora o processo de tomada de decisão tivesse em consideração o conhecimento científico e a prática assentasse em métodos científicos, a sua isenção era questionável, na medida em que havia uma concordância com os pressupostos políticos e organizacionais instalados, ocorrendo o favorecimento de determinados grupos em detrimento de outros.

O insucesso da união entre o planeamento e a ciência, presente no Paradigma do Planeamento Racional, explica-se sobretudo porque a ciência direcciona a sua actividade para a observação, para a descrição e para a explicação, enquanto no campo do planeamento o objectivo é fundamentalmente mudar e melhorar o contexto alvo.

No campo do turismo, o período entre 1950 e 1970 caracterizou-se por uma rápida expansão das viagens e do mercado turístico. O desenvolvimento da aviação comercial, associado a significativas melhorias sócio-económicas (aumento dos salários, do rendimento disponível, do nível educacional das populações) e à emergência de uma indústria estruturada (operadores turísticos, agências de viagens, e linhas aéreas), despoletou o aparecimento de inúmeros *resorts* turísticos tanto nos destinos tropicais (Mediterrâneo e Caraíbas) como nos destinos de neve (Costa, 2001).

A expansão da indústria turística nesta fase ocorreu de forma rápida e descontrolada, contribuindo para uma mudança gradual no aspecto e no ritmo de desenvolvimento das áreas com potencial turístico. As consequências negativas deste processo foram enfatizadas pela ausência de um planeamento turístico, conceptual e metodologicamente autónomo, que promovesse o desenvolvimento equilibrado e sustentável das zonas

turisticamente atraentes. Apesar da situação, o planejamento turístico continuava na sombra do planejamento urbano, acreditando-se na viabilidade da extrapolação de princípios teóricos e de objetivos, dado que continuava a vigorar a ideia de que a expansão turística seria semelhante ao desenvolvimento urbano.

A ausência de instrumentos próprios do planejamento turístico, capazes de coordenar e regular o crescimento deste sector e actuantes no sentido da convergência de interesses, deixou a sua expansão à mercê de entidades privadas. No entanto, era evidente a despreocupação destas face aos impactos sociais, culturais, ambientais do turismo, e também perante a sustentabilidade económica a longo prazo das áreas de destino.

A Organização Mundial do Turismo responsabiliza a ausência de controlo específico para o planejamento turístico, a inadequação da legislação e a carência de organização, pela ineficácia do planejamento turístico nesta fase. Esta organização internacional demonstra, a partir da análise dos planos executados, a existência de uma evidente incoerência entre a teoria e a prática do planejamento; a dimensão reducionista, reflectida em planos rudimentares de infra-estruturas e equipamentos; e a lógica economicista ausente de preocupações sociais, culturais e ambientais (Costa, 2001).

A realidade impôs a necessidade de abordagens alternativas que colmatassem as sucessivas falhas ao nível do planejamento turístico. A ocorrência à escala mundial de relevantes acontecimentos sociais, económicos e tecnológicos, contribuiu para a decadência do Paradigma Racional de Planejamento vigente nas décadas anteriores. Este conjunto de alterações introduziu um debate sério em torno das questões do planejamento, que se traduziu em profundas modificações tanto no quadro conceptual como na intervenção prática, abrindo caminho para a emergência de um novo paradigma de planejamento.

A insatisfação perante os resultados alcançados, evidenciada pela análise diacrónica concretizada, traduz a preocupação crescente de construção de um modelo flexível, adaptado à realidade, que viabilize economicamente o turismo para as populações receptoras, possibilitando o usufruto dos recursos por parte dos visitantes, e garantindo a sustentabilidade e a longevidade do próprio sistema. A dependência do planejamento turístico em relação ao planejamento urbano, os modelos defendidos pelas Escolas do Planejamento Clássico e do Planejamento Racional, e os resultados práticos da sua implementação, despoletaram

a necessidade de desenvolver esforços no sentido não só da autonomia mas também da emergência de um novo paradigma, que ultrapasse as fragilidades dos modelos anteriores.

3 - As novas lógicas do planejamento turístico

Blowers e Evans (1997) defendem que o planejamento pode ser (re)definido como uma actividade prática que a partir das tendências do passado, faz projecções para o desenvolvimento futuro, identificando estrangulamentos e oportunidades.

A ideia de que o planejamento deve recair sobre o que a sociedade realmente quer para o futuro (Greed, 1993) ganha gradualmente consistência, sendo cada vez mais consensual entre os planeadores.

O conceito de desenvolvimento sustentável introduzido pelo Relatório Brundtland⁽²⁾ em 1987, e consolidado em 1992 na Agenda 21⁽³⁾, introduziu profundas alterações na percepção do desenvolvimento e consequentemente, no processo de planejamento a ele directamente associado.

Esta nova perspectiva rapidamente ganhou popularidade entre os diversos sectores, impulsionando o aparecimento de novas abordagens de planejamento, entre as quais a do "planeamento ambiental" avançada pela *British Town and Country Planning Association* (Costa, 2001).

(2) Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ONTU), presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, elaborou um documento denominado "Nosso Futuro Comum", onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento económico e social em conformidade com a preservação ambiental. Neste documento, que também ficou conhecido como "Relatório Brundtland", foi apresentado a definição oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável e os métodos para enfrentar a crise pela qual o mundo passava. Neste âmbito foi definido o Desenvolvimento Sustentável como o "desenvolvimento que faz face às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades" (Brundtland Commission, 1987).

(3) Em 1992, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro uma conferência, conhecida como Rio/92 ou Eco/92, que elaborou um documento denominado Agenda 21, contendo a estratégia de acção, com os princípios básicos para a construção de uma sociedade sustentável. Entre estes princípios estavam a preservação e o respeito por todos os seres vivos; a preservação da diversidade e vitalidade dos sistemas ecológicos; a preservação dos recursos não-renováveis; e a melhoria da qualidade de vida do homem.

O desenvolvimento sustentável, que promove simultaneamente o crescimento económico e a conservação ambiental é, de acordo com um trabalho publicado por Patsy Healey, o produto de um planeamento com uma natureza mais social do que técnica. De acordo com este autor, os planeadores têm que conceber uma estrutura institucional promotora da inter-relação entre os cidadãos e os sistemas social, político, económico e ambiental (Costa, 2001)

As alterações ocorridas no campo do planeamento urbano, associadas às mudanças profundas no sector turístico, impulsionaram a evolução do planeamento turístico. De acordo com Carlos Costa (2001), os governantes e a academia rapidamente perceberam que o planeamento do turismo não podia ser somente presidido por uma lógica economicista, na medida em que se incorria no risco de conduzir as populações ao caos. Os governantes consciencializaram-se da necessidade do envolvimento de todos os *stakeholders* no processo de construção e divulgação da imagem de cada destino, num cenário marcado por uma competitividade crescente e pela proliferação de turistas cada vez mais exigentes e esclarecidos.

O sucesso do turismo passaria pela capacidade de cada destino para preservar a sua identidade e exclusividade, desenvolvendo simultaneamente infra-estruturas e equipamentos que facilitassem a acessibilidade e o usufruto do património natural e edificado. O planeamento turístico surge como a ferramenta adequada para gerir estas duas vertentes, cuja concepção e operacionalização deverá envolver os níveis local e regional, sem descuidar a coerência com as políticas nacionais e as tendências internacionais, num contexto de sustentabilidade.

O planeamento é a única via disponível para impedir que o próprio sistema turístico se auto-destrua, na medida em que apenas uma utilização racional dos recursos poderá possibilitar uma utilização duradoura, com elevado nível de qualidade, que permita contrariar as evidências empíricas que levaram à estandardização do ciclo de vida do produto turístico. Para além desta função, o exercício de um planeamento adequado auxilia as populações receptoras a ultrapassarem os aspectos perniciosos do turismo.

Entre as consequências negativas do turismo salienta-se a deterioração e esgotamento dos recursos, amplamente referenciados pelos seus impactos ambientais. No entanto, a sazonalidade e exclusividade de certos produtos constitui também, a curto e a médio prazo, um problema de grande amplitude para alguns destinos, impossibilitando o desenvol-

vimento consistente das actividades directa ou indirectamente relacionadas com o turismo. Uma reflexão estratégica sobre os recursos disponíveis e a sua versatilidade, no sentido da diversificação da oferta, poderá contribuir para diminuir os impactos da sazonalidade, através da supressão dos laços de dependência em relação a produtos temporariamente limitados, e possibilitando o desenvolvimento sustentável dos destinos.

Estas questões surgem obrigatoriamente num contexto em que a inevitabilidade do crescimento turístico é irrefutável, e em que o insucesso surge aliado à intervenção desorganizada e imoderada, traduzida num conjunto de acções e de medidas avulsas, isentas da visão holística que o fenómeno turístico impõe.

Os resultados da ausência de planeamento ou da ineficácia de um processo desadequado são potenciados quando as populações receptoras apresentam carências que simultaneamente, incrementam a sua fragilidade, diminuem a sua capacidade de apropriação das mais valias do turismo, e as torna menos participativas. Nestas situações, e na ausência de monitorização, existe uma maior predisposição para os mecanismos de auto-destruição do turismo serem accionados, na medida em que as entidades promotoras e utilizadoras são forasteiras, visam um crescimento acelerado e o rápido retorno do investimento, descuidando a envolvente social, ambiental e cultural.

Burns (2004a) menciona que um dos principais ataques feitos ao turismo se encontra relacionado com a sua incapacidade de gerar benefícios para as populações hospedeiras, consequência da falta de preparação destas para rentabilizar o processo a seu favor. No entanto, o autor defende que a intervenção governativa, nomeadamente na dimensão técnica do planeamento, é feita de acordo com as linhas de orientação política e não segundo as necessidades económicas e sociais das populações, resultando involuntariamente na marginalização da facção mais desfavorecida da sociedade.

Apesar da inquestionável necessidade do planeamento turístico, e da sua percepção por parte de todos os intervenientes no sistema, a definição do caminho e do modelo a seguir é um processo complexo, tecnicamente marcado por extremismos que impossibilitam o consenso necessário ao sucesso. Assiste-se neste campo a uma bipolarização, surgindo de um lado os que incondicionalmente defendem o desenvolvimento sustentável, e de outro os que dão prioridade ao turismo numa perspectiva marcadamente económica.

Quadro I – Abordagem bi-polar do planeamento turístico

<i>Perspectiva Holística</i>	<i>Perspectiva Economicista</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento humano sustentável - Turismo como um sistema - Turismo como cultura - Sistemas mundiais modernos - Periferia - Sub-desenvolvimento - Holísticos - Defende a independência, a diferenciação de destinos e a dependência mínima de um núcleo. - Focada em objectivos de desenvolvimento humano sustentável, definidos pela população e conhecimento locais. A questão chave que conduz o processo é: “O que é que o turismo nos pode dar sem nos prejudicar?” 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento económico - Turismo como indústria - Turismo como consumismo - Globalização - Núcleo - Modernização - Economicistas - Defende a maximização do lucro através da massificação do produto, indiferenciação, homogeneização do produto e dependência de um núcleo. - Objectivos direccionados para os investidores externos e para a indústria turística internacional.

Fonte: Adaptado de Burns (2004)

Os críticos da perspectiva “Economicista” acusam esta abordagem de planeamento de promover unicamente o crescimento económico em detrimento do desenvolvimento. Para além dos impactos ambientais e culturais que inviabilizam o futuro do turismo, este modelo não promove uma distribuição equitativa dos benefícios pelas populações hospedeiras. No entanto, a defesa *in extremis* do desenvolvimento sustentável, promovida pela abordagem “Holística”, pode conduzir à mumificação das populações e da sua cultura, com o intuito de preservar a exclusividade e a identidade dos destinos para turistas de elite. Neste contexto, o turismo de massa nunca constitui uma opção, mesmo em caso das populações o pretenderem e identificarem mercado para o seu desenvolvimento (Burns, 2004b).

As falhas e contradições destas abordagens evidenciam a necessidade de repensar o planeamento turístico num contexto de pós-modernidade, no sentido do aparecimento de um novo paradigma, que simul-

taneamente reúna os aspectos positivos dos modelos vigentes e ultrapasse as suas limitações, num exercício de criatividade executável. Costa (2001) questiona a emergência de um novo paradigma de planeamento após os anos oitenta, definindo as características fundamentais para a sua adaptação às novas exigências do mundo e do sector turístico. Para além da adaptação a uma nova realidade, a nova abordagem de planeamento turístico deverá ultrapassar as falhas típicas da concepção tradicional de planeamento:

- A excessiva carga burocrática que complica o processo, dificultando-o e aumentando as exigências de recursos.

- A natureza reducionista e uniformizadora dos planos produzidos sob esta cultura, em que os destinos são desenvolvidos em função das exigências dos segmentos de mercado.

- A ausência ou insuficiência de democracia e de participação, tanto em relação à tomada de decisão como ao processo de operacionalização das medidas.

- A inexistência de uma visão global. Os planos nacionais são limitados pelas fronteiras de cada país, estimulam a competição entre países e raramente consideram as vantagens subjacentes à cooperação internacional. A planificação, no contexto do turismo, deve considerar as tendências globais, pois dificilmente um plano nacional, por si só, responde aos interesses das linhas aéreas multinacionais e dos fornecedores de serviços de actuação universal.

Na sequência da percepção destas limitações ao nível do planeamento, e da evidente necessidade de definir um novo modelo aplicado ao sector turístico, surge a “Terceira Via” do planeamento turístico. No âmbito desta abordagem as contradições e as limitações têm que ser entendidas e resolvidas num contexto de desenvolvimento sustentável, ultrapassando as falhas típicas da concepção tradicional de planeamento.

A nova abordagem do planeamento, que se encontra representada graficamente na Figura 1, salienta a necessidade de coerência e de interdependência entre os objectivos emanados de várias fontes (locais, regionais e nacionais) e a imprescindibilidade da intervenção de todos os *stakeholders* (actores directa ou indirectamente ligados aos turismo: de

cisores políticos, instituições sociais, ONG's, operadores turísticos nacionais e internacionais) (Burns, 2004b).

A "Terceira Via" defende uma fase de pré-planeamento, no âmbito da qual deverá ser feito um profundo diagnóstico de pormenor para inventariação dos recursos disponíveis, caracterização do contexto social e antropológico e aferição das necessidades, dos objectivos e da disponibilidade dos vários grupos. Advoga igualmente uma participação constante, nas várias fases do processo de planeamento, de todos os actores, com uma postura pró-activa face aos objectivos definidos e com a hipótese de apresentação de cenários alternativos.

O envolvimento dos *stakeholders* no planeamento e desenvolvimento do sector turístico, à semelhança do que pode acontecer em outros sectores, contribui para a estabilidade a longo prazo e aumenta a sua responsabilização, inviabilizando o processo de heteroculpabilização em caso de insucesso das medidas preconizadas.

Neste contexto, cada decisão deve ser tomada tendo em conta as quatro componentes do turismo contemporâneo: o processo, o produto, o sistema e os resultados (Burns e Holden, 1995).

O produto turístico deve despertar o interesse de vários *stakeholders* e pode constituir uma base para as populações receptoras, sendo para tal necessária a coincidência entre os objectivos das instituições governamentais (incluindo as que defendem os interesses ambientais e culturais) e os dos vários operadores turísticos. O sistema deve ser concebido e planeado no respeito dos interesses de todos os interventores e não somente dos interesses de algumas elites e actores internacionais.

Os resultados devem ser planeados e monitorizados de forma a evitar as mudanças desnecessárias. A comunidade, principal receptora dos impactos, e as instituições relacionadas com o ambiente natural e cultural, detentoras do saber técnico, devem ser os principais interventores nesta etapa. Os lucros devem ser reinvestidos na preservação ambiental, em formação e em infra estruturas, que possibilitem um outro nível de turismo, valorizando o investimento dos turistas (Burns, 2004b).

A "Terceira Via" do planeamento turístico, que ainda não foi posta à prova, defende um planeamento em que os direitos se alicem às responsabilidades, para que esta indústria contribua fortemente para os processos de desenvolvimento. O sistema turístico e as instituições devem desenvolver redes e parcerias locais e globais, com vista ao equilíbrio na exploração e à minimização dos impactos nos destinos.

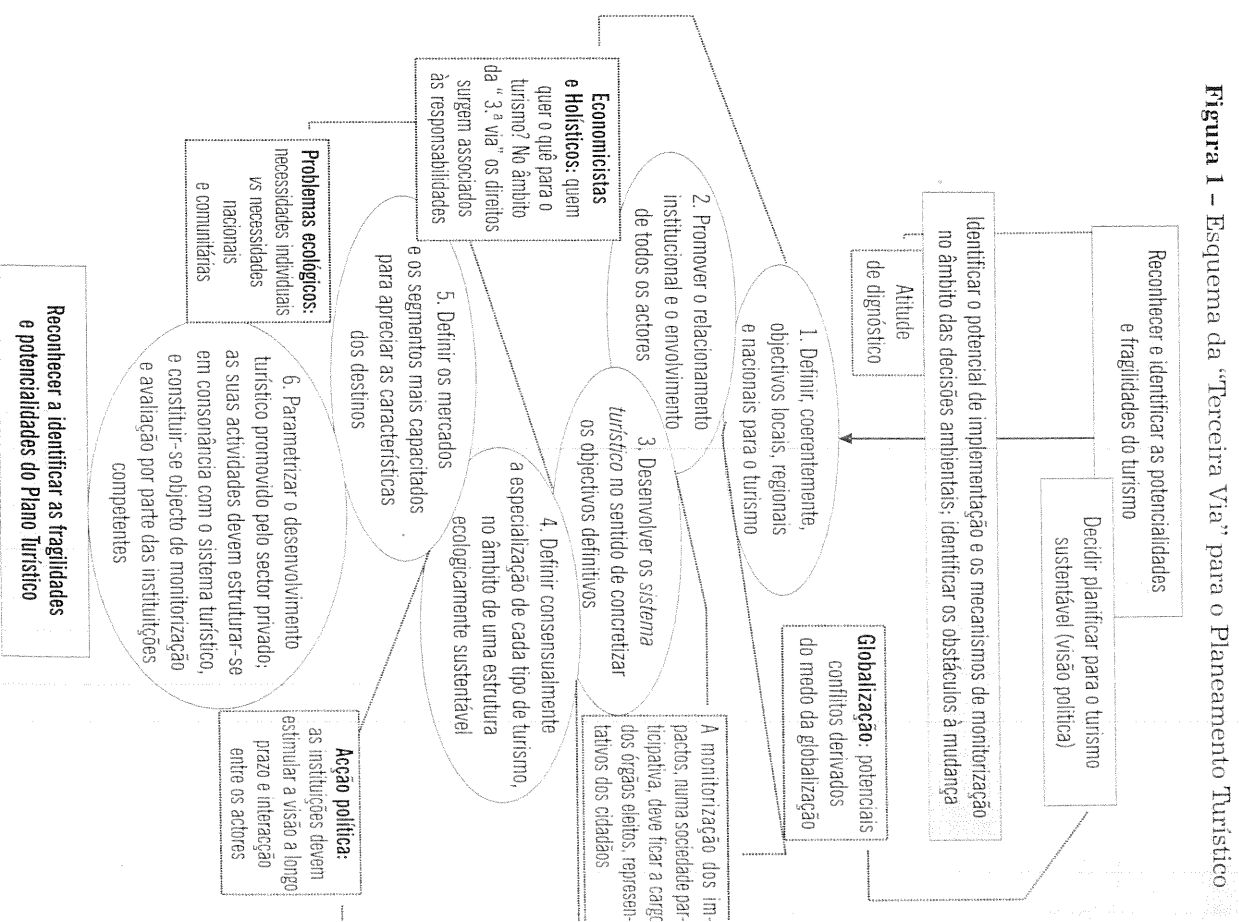


Figura 1 – Esquema da "Terceira Via" para o Planeamento Turístico

4 - Considerações finais

Os sucessivos modelos de planeamento surgidos ao longo do tempo com o objectivo de coordenar a exploração dos destinos turísticos, nem sempre foram estimulados pela intenção de inviabilizar o mórbito processo de auto-destruição do turismo.

A consciência da limitação dos recursos turísticos e da possibilidade de deterioração do património apenas se começou a evidenciar, face aos interesses instalados de determinados grupos, quando a realidade comprovou que uma utilização abusiva significava, a média e longo prazo, a inviabilidade da exploração e consequentemente da rentibilidade exigida ao processo.

A matéria-prima da indústria turística, materializada no património natural e edificado, mas também na identidade e na cultura dos povos, possibilitadora da emergência de um pólo turístico, rapidamente perde a sua capacidade de atracção, caso não seja bem administrada. A adulteração dos recursos turísticos resultante da sua utilização irracional pode constituir, a médio e longo prazo, um factor de repulsão, desincentivando o seu consumo e inviabilizando a sua continuidade.

Em suma, existem alguns exemplos no passado recente do nosso país, que comprovam o quão fácil e rápida pode ser a passagem de um extremo ao outro deste binómio de atracção/repulsão. Esta transição surge quase sempre associada à ausência de planeamento ou à implementação de planos desadequados da realidade social, económica e cultural das regiões-alvo, ou orientados para objectivos facciosos, longínquos dos interesses das populações locais e da sustentabilidade que lhes assegura o retorno das mais-valias do turismo.

Bibliografia

- BRUNDTLAND COMMISSION (1987). *World Commission on Environment and Development: our common future*. New York: Oxford University Press
- BLOWERS, A. e EVANS, B. (1997). *Town Planning in to the 21st Century*. London: Routledge.
- BURNS, P. M. (2004a). «The 1990 Solomon Islands Tourism Plan: a Critical Discourse Analysis», *Tourism and Hospitality: Planning & Development*, 1 (1), 5778.
- BURNS, P. M. (2004b). «Tourism Planning – A Third Way?», *Annals of Tourism Research*, 30(1): 24-43.
- BURNS, P. e HOLDEN, A. (1995). *Tourism: A New Perspective*. Hemel Hempstead: Prentice Hall.
- COSTA, C. (2001). «An emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis Between Town and Tourism Planning», *International Journal of Tourism Research*, 3, 425-441.
- GREED, C. (1993). *Introducing Town Planning*. Harlow: Longman.
- MICHAUD, J. (2001), «Anthropologie, Tourisme et Sociétés Locales au Fil de Textes», *Anthropologie et Sociétés*, vol.25, 2:15-32.
- ONU (1963). *Recommandations sur les voyages internationaux et le tourisme*. Genève: Nations Unies.